

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E O DESENVOLVIMENTO¹

Argemiro Luís Brum² – Unijui – E-mail: argelbrum@unijui.tche.br

Cláudia Regina Heck³ – Unijui – E-mail: clau.heck@ig.com.br

Resumo: De forma geral, o setor primário passa por profundas transformações em seu sistema produtivo com a Revolução Agrícola na esteira do crescimento econômico propiciado pela Revolução Industrial. A necessidade de atender as novas demandas de consumo levou a modernização das propriedades rurais e ao florescimento do sistema produtivo capitalista. As transformações no campo, como a mecanização e as sementes geneticamente modificadas, impuseram uma nova dinâmica ao setor. No Brasil, este processo tardou a acontecer, pois a metrópole portuguesa manteve na colônia, durante muito tempo o modelo feudal obsoleto na Europa. Quando a agricultura brasileira defrontou-se com a competitividade do mercado internacional a necessidade de modernização do sistema produtivo fez-se urgente. O atual estágio de desenvolvimento da agricultura nacional é resultado de um processo de desenvolvimento recente, que ainda esta em curso e que reflete as transformações sociais e econômicas, como o aumento da população, o incremento tecnológico entre outras. Todavia, devido à diversidade regional do país, em parte explicada pela sua extensão territorial e a forma de ocupação do solo, fez com que este processo não fosse uniforme. Assim, para compreendermos o atual cenário da agricultura nacional e sua importância do desenvolvimento das regiões é preciso ter clareza de seu papel econômico e social e é neste sentido que este trabalho pretende auxiliar.

Palavras-chave: Agricultura, desenvolvimento, teorias econômicas.

Abstract: Of general form, the primary sector passes for deep transformations in its productive system with the Agricultural Revolution in the mat of the economic growth propitiated by the Industrial Revolution. The necessity to take care of the new demands of consumption took the modernization of the country properties and to the bloom of the capitalist productive system. The transformations in the field, as mechanization and the seeds geneticamente modified, had imposed a new dynamics to the sector. In Brazil, this process delayed to happen, therefore the Portuguese metropolis kept in the colony, during much time the obsolete feudal model in the Europe. When Brazilian agriculture confronted with the competitiveness of the international market the necessity of modernization of the productive system became urgent. The current period of training of development of national agriculture is resulted of a process of recent development, that still this in course and that reflects social and economic the transformations, as the increase of the population, the technological increment among others. However, due to regional diversity of the country, in part explained for its territorial extension and the form of occupation of the ground, it made with that this process was not uniform. Thus, to understand the current scene of national agriculture and its importance of the development of the regions she is necessary to have clarity of its economic and social paper and is in this direction that this work intends to assist.

Keywords: Agriculture, development, economic theories

1 Introdução

Para compreendermos o atual cenário da agricultura moderna é fundamental conhecermos como se deu à evolução da mesma, ao longo da história, e qual a sua importância no desenvolvimento das economias capitalistas.

¹ O presente trabalho é resultado da primeira etapa da pesquisa de dissertação, desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

² Professor e pesquisador do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui, doutor pela EHESS de Paris/França.

³ Mestranda em Desenvolvimento pela Unijui.

A teoria econômica aponta ser o trabalho incorporado à produção o elemento determinante do valor da mercadoria. No entanto, o progresso técnico faz com que alguns produtores consigam produzir as mesmas mercadorias a preços mais baixos, levando à exclusão de alguns agentes deste processo produtivo.

Para que isto não aconteça, algumas doutrinas (especialmente a keynesiana) preceituam que o Estado deva intervir promovendo o acesso ao crédito e aos insumos, permitindo que não haja exclusão e se mantenha o nível de emprego na atividade, ou seja, que a tecnologia seja incorporada para o aumento da produtividade.

Contudo, sabe-se que este processo não ocorre de maneira uniforme. Assim, nos deteremos neste artigo a compreender historicamente o papel da agricultura na geração de renda e no desenvolvimento das nações.

2.1 A evolução da agricultura

É difícil precisar o início das atividades agrícolas como fonte de subsistência. A partir do momento que as populações deixam de ser nômades e começam a se estabelecer em aldeias, surge também a necessidade de cultivar alimentos próximo as comunidades, através de uma agricultura extremamente rudimentar.

Com o estabelecimento do sistema feudal surgem também algumas técnicas novas de plantio, dentre as principais, encontram-se os sistemas de pousio e de rotação de culturas. O pousio é uma forma de deixar a terra “descansar” para recuperar os nutrientes necessários para a produção. A rotação de cultura também tem por objetivo evitar o desgaste excessivo do solo, evitando-se de plantar a mesma cultura num mesmo solo por longo tempo.

Este sistema foi muito bem desenvolvido para a época e permitia manter a subsistência das famílias dos trabalhadores, dos senhores feudais e ainda a troca de excedentes com outros feudos. Todos os meios necessários à produção provinham do local.

2.1.1 A primeira revolução agrícola

Com o fim dos feudos e início da era mercantilista, do aumento das relações de comércio e da acumulação de capital, a agricultura acaba sendo cada vez mais voltada para a produção de um excedente comercializável. Diante disso, o desenvolvimento de um sistema de produção sem pousio, que permitia a exploração contínua do solo e maior produtividade, e a multiplicação das culturas e dos rebanhos, deu início, do século XVI ao XIX, à Primeira Revolução Agrícola. Ocorrida na Europa, concomitantemente com a Revolução Industrial, atingiu principalmente os Países Baixos, a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Suíça, a Áustria, a Boêmia, a Itália, Espanha e o Portugal.

A primeira revolução agrícola foi, com efeito, um vasto movimento de desenvolvimento que trouxe consigo uma duplicação da produção e da produtividade agrícolas. E mesmo que a melhoria da alimentação camponesa tenha absorvido uma parte dessas sementes, acontece que cerca da metade da produção agrícola total podia constituir, de ora em diante, um excedente comercializável. A revolução agrícola apenas podia, por isso se desenvolver plenamente na condição desse excedente encontrar efetivamente uma procura solvável adequada, que proviesse de uma população não agrícola tão importante como a própria produção agrícola (MAZOYER, p. 329).

A primeira revolução agrícola trouxe consigo uma duplicação da produção e da produtividade do trabalho agrícola, permitindo uma melhoria na qualidade da alimentação humana e também a geração de excedentes comercializáveis. Este último, por sua vez, permitiria um desenvolvimento industrial e urbano sem precedentes, fornecendo os meios necessários para que a Revolução Industrial acontecesse. Ou seja, a geração de renda adicional promovida pela Revolução Agrícola, alavanca a Revolução Industrial.

Acompanha essa revolução nas técnicas de produção agrícola um esforço teórico de se atribuir à agricultura o papel primordial na geração de riqueza. Os economistas fisiocratas, através de seus trabalhos, defendiam a melhoria das condições de trabalho no campo, estimulando assim novos investimentos.

Neste período da Primeira Revolução Agrícola, transformações contínuas são registradas na agricultura. A utilização de novas máquinas e equipamentos como, por exemplo, grades metálicas, semeadores, ceifeira, charrua de Brandant, charruas metálicas, trituradores entre

outros, permitiu reduzir a força de trabalho empregada na atividade. Muita desta força foi deslocada para o provimento da industrialização.

A máquina a vapor como fonte de energia revoluciona o sistema de transportes, possibilitando que a produção fosse comercializada longe das propriedades agrícolas. Isto fez com que as inovações tecnológicas se difundissem não só na Europa como também nos novos continentes.

As trocas internacionais aumentam significativamente e a tendência é uma queda acentuada no nível dos preços com reflexos na geração de renda. A primeira crise de superprodução agrícola ocorre nos anos de 1890, devido às técnicas modernas de produção que permitiram a um só tempo reduzir a mão-de-obra empregada na agricultura e aumentar a produção a índices nunca antes registrados.

Neste sentido, estabelece-se um patamar de capitalização e de renovação necessário para que o produtor agrícola consiga realizar os investimentos necessários para desenvolver suas propriedades. As pequenas explorações que não conseguem atingir o patamar de renovação, com um baixo rendimento por trabalhador, acabam por regredir e entrar em crise, devido a redução na geração de renda. Com o tempo, acabam sendo vendidas e incorporadas a explorações em desenvolvimento (MAZOYER, pp 320-50). As demais estão em constante adaptação com o intuito de incorporar as novas técnicas.

Ainda, neste cenário, os novos territórios “descobertos” pelos europeus apresentam uma grande quantidade de terras férteis, que associadas às técnicas produtivas desenvolvidas e às possibilidades de transporte, tanto marítimo quanto terrestre, acabam se tornando concorrentes diretos dos produtores europeus.

Então os produtores agrícolas do ultramar, cujos preços não cessavam de baixar, invadiram os mercados europeus: entre 1850 e 1900, as exportações de trigo dos Estados Unidos para a Europa foram multiplicadas perto de quarenta vezes, passando de cerca de cinco milhões de alqueires para 200, enquanto, ao mesmo tempo, o preço do trigo importado baixava para mais da metade. As importações de lã da Austrália, da África do Sul e da América do Sul triplicaram e os preços desmoronaram, bem como os dos cereais. A partir de 1875, as técnicas de refrigeração permitiram também importar quantidades crescentes de carne congelada de origem americana, australiana e argentina (MAZOYER, P. 359).

Este processo irá durar até meados do século XX. As duas grandes guerras mundiais (1914/18 e 1939/1945) ao mesmo tempo em que aqueceram a demanda por alimentos no mundo colocaram em xeque o modelo agrícola adotado até então. Tal situação será superada, na esteira do desenvolvimento tecnológico nascido na Segunda Guerra Mundial, com o advento da Segunda Revolução Agrícola, pois as máquinas empregadas na produção já não atendiam a demanda posta.

2.1.2 A segunda revolução agrícola

A Segunda Revolução Agrícola, também conhecida como Revolução Verde, foi liderada pelo agrônomo Norman Bourlaug. Ocorre em meados do século XX, incorporando as novas técnicas de produção, a motorização, a mecanização, a quimiqização etc. Tais técnicas aperfeiçoadas permitiam o tratamento dos solos, de forma adequada a cada produto, e a utilização de máquinas movidas a motor de combustão, que realizavam o trabalho em menor tempo e com o emprego de menor mão-de-obra.

Isentas da necessidade de se fornecerem a elas próprias em bens de consumo variados e bens de produção essenciais (força de tração, forragens, estrume, sementes, animais reprodutores, ferramentas etc...), as explorações agrícolas especializaram-se: abandonaram a poliprodução vegetal e animal para consagrarem-se quase exclusivamente a algumas produções destinadas à venda, as mais vantajosas para elas, tendo em conta também os meios e as condições de produção particulares próprias de cada exploração. Assim, constitui-se um vasto sistema agrário multirregional composto de subsistemas regionais especializados complementares (regiões de grandes culturas, regiões de ervagens e de criação de gado para leite e para carne, regiões vitícolas, regiões leguminosas, frutíferas, etc). Esse sistema intercala-se entre um conjunto de indústrias extrativas, mecânicas e químicas situadas a montante da produção, e um conjunto de indústrias e atividades a jusante que armazenam, transformam e comercializam os seus produtos (MAZOYER, p. 366).

Esta condição implicou novamente a redução da força de trabalho empregada na agricultura, na migração desta população para os centros urbanos a fim de trabalharem na indústria, o aumento da produção, a queda nos preços e a exclusão dos agricultores que não conseguiram se adaptar a este sistema. A geração de renda continua crescendo, porém, de forma mais concentrada.

No final do século XX e início do XXI, a biotecnologia assinala um novo ciclo de crescimento para o sistema de alimentos e fibras. Os estudos de Joseph Schumpeter mostram que os negócios entram numa fase de transição pela via das inovações, através de alterações no

processo de produção, mudanças de mercados, diferenciações nas matérias-primas e modernos tipos de organização. É a chamada “destruição criadora” que envolve o setor primário (PINAZZA, 1993, p. 16). Neste contexto moderno de produção e geração de renda, nasce a noção de *agribusiness*⁴.

2.1.3 Agronegócios: o novo conceito da agricultura

O conceito de *agribusiness* começou a ser enunciado pelos pesquisadores Jonh Davis e Ray Golberg, em 1957. Para eles *agribusiness* é “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. apud BATALHA, 2001, p. 27)

Este é um conceito cada vez mais presente nos estudos de economia agrícola. Para Araújo,

[...] desponta o fato de que a visão moderna que se deve ter da agricultura ultrapassa o enfoque eminentemente de produção prevalecente no passado, que se limitava às fronteiras internas da unidade produtiva rural. Administradores públicos e privados precisam agora ter em mente o conceito do *agribusiness*, por incorporar a visão interativa das cadeias de alimentos, fibras e biomassa, que é mais adequada para o entendimento da complexidade do mundo econômico deste final de século. Dentro do enfoque do *agribusiness*, é necessário entender o processo sistêmico de adição de valor na cadeia produtiva que une as atividades a montante e a jusante das fazendas (1993, p. 20).

Este conceito difundiu-se rapidamente. Após a industrialização da agricultura, não se pode mais pensá-la como um conjunto de atividades autônomas. Ao contrário, o desempenho de um setor interfere diretamente na produção dos demais a ele interligado. Casos como se pode verificar recentemente, onde a doença da febre aftosa afetou o mercado de carnes e de leite e derivados. Os produtores tiveram que abater seus rebanhos e um grande número de funcionários dos abatedouros, frigoríficos, laticínios foram demitidos. Sem considerar ainda o efeito sobre o nível de preços ao consumidor e para o mercado exportador.

Para a produção de grãos, é muito comum os agricultores discutirem o manejo sustentável do solo, preocupação esta há muito esquecida em busca da produtividade crescente. E esta

⁴ Este termo em inglês é substituído, em português, por agronegócio.

preocupação é reflexo das exigências dos mercados consumidores, que leva os produtores a se re-educarem para manterem-se competitivos.

Para o terceiro milênio, a Revolução Verde que está em curso é sustentada por outros paradigmas. O desenvolvimento auto-sustentável e o impacto ambiental das tecnologias são os pilares básicos do novo modelo. A biotecnologia e a microeletrônica constituir-se-ão os agentes impulsionadores (PINAZZA, 1993, p. 29).

O rápido desenvolvimento de culturas geneticamente modificadas durante os últimos quatro anos tem propiciado, aos agricultores, reduzirem seus custos de produção e elevar os índices de produtividade. A soja transgênica é o produto com maior índice de produção de sementes modificadas. No entanto, a lista de produtos com alterações genéticas é extensa, como por exemplo, o tomate, a soja, o milho, o trigo, a moranga, a batata entre outros. Os produtos transgênicos estão sendo utilizados também na alimentação animal, com grande aceitação, fazendo com que esses produtos se disseminem pelo mercado.

O principal argumento para a sua utilização é de que não existem comprovações técnicas a respeito dos efeitos, benéficos ou maléficos, provocados pelo consumo destes produtos ao organismo humano. No entanto, para o produtor há uma significativa redução dos custos de produção que o levam a optar pelas sementes geneticamente modificadas.

Os Estados Unidos são os maiores detentores das aplicações comerciais da moderna biotecnologia. Em 1998, a área de cultivo de produtos geneticamente modificados era de 27,8 milhões de hectares, dos quais 71% representavam culturas alteradas quanto à característica de tolerância a herbicidas. No Brasil, a Lei 8.974, de janeiro de 1995, e o decreto 1.752/95, estabelecem as regras para as atividades com engenharia genética. Até o ano de 2000, o Brasil já tinha testes liberados para a produção de sementes geneticamente modificadas de: algodão, arroz, cana-de-açúcar, milho, soja, batata, fumo, melão e eucalipto. A comercialização da soja transgênica no país, porém, só foi regulamentada em dezembro de 2003⁵.

No entanto, até mesmo as culturas modificadas geneticamente estão tendo que se adaptar as demandas do mercado consumidor. Estas demandas dizem respeito a: padronização,

⁵ Lei N° 10.814, de 15 de dezembro de 2003. *Estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>*

certificação, rastreabilidade e a segurança do alimento. A padronização diz respeito a um modo de reunir, filtrar e estocar informações sobre processos e produtos, de forma que cada produto específico possa ser identificado pelo seu conjunto.

A busca pela certificação é uma tendência que se verifica em todos os ramos da atividade produtiva e se estende, logicamente, para a atividade primária. Se trata da definição de atributos, processos ou serviços que se enquadram em normas predeterminadas de qualidade. A rastreabilidade do produto permite a estreita ligação de todas as etapas da cadeia agroalimentar, do agricultor ao produto final, possibilitando traçar as etapas anteriores. E, principalmente, facilitando a certificação de produtos que atendam o mercado consumidor.

A segurança do alimento, enfim, um dos elementos mais importantes deste novo processo produtivo, está relacionada ao aumento da industrialização, urbanização, aumento da concorrência, desenvolvimento de pesquisas e, sobretudo, às novas demandas dos consumidores. A qualidade do produto final é avaliada em toda a cadeia produtiva, iniciando pelos insumos utilizados para a produção. E este acaba sendo um fator importante na tomada de decisão dos consumidores. Neste contexto, ainda há espaço para o desenvolvimento de culturas que atendam a nichos de mercado, que buscam na qualidade dos processos alimentos mais seguros.

Este novo conceito de agricultura, ligado diretamente às atividades “dentro e fora da porteira das propriedades” tem exigido dos agricultores uma nova forma de pensar e agir no campo, transformando sua propriedade rural em uma verdadeira empresa agrícola.

2.2 Agricultura e desenvolvimento

A função da agricultura no desenvolvimento econômico dos países vem sendo amplamente discutida, por se tratar de uma atividade econômica lucrativa e por representar um papel importante na soberania dos países. A produção de alimentos é fundamental para a manutenção de uma nação a medida que garante sua alimentação e sobrevivência. No entanto, por tratar de produtos com baixo valor agregado, não é capaz, por si só, de tornar uma nação rica.

Segundo Ahumada (apud ARAUJO, 1975, p. 90), em "*Teoria e Programacion del Desarrollo Economico*", existem algumas características mais ou menos comuns que puderam ser quantificadas em diversos países, dando uma idéia das profundas transformações que acompanham o desenvolvimento: a) aumento da produtividade do trabalho; b) diminuição das diferenças inter-setoriais de produtividade do trabalho; c) modificações estruturais na produção e na renda; d) uso da força de trabalho; e) modificações na natureza demográfica.

Segundo Baldwin (1979, p. 11), atualmente na maior parte dos países desenvolvidos, menos de 10% da produção da economia origina-se da agricultura, enquanto que 30 – 50% é a sua participação típica nas nações em desenvolvimento. Fato este que não significa que países desenvolvidos não tenham produção agrícola. Ao contrário, os Estados Unidos são atualmente os maiores produtores mundiais de soja, milho e outros produtos primários.

A agricultura teve, historicamente, um papel importante no desenvolvimento dos países, como pode ser visto anteriormente, servindo de suporte para o desenvolvimento da indústria e dos serviços.

O grau de monetização e comercialização do conjunto das atividades econômicas, o sistema de crédito, a repartição da renda, o tamanho da família e a natureza das relações familiares, o grau de urbanização e a forma dos aglomerados urbanos, a mobilidade social e a forma de estruturação do sistema de poder, enfim, tudo está ligado ao regime de propriedade dos recursos naturais (terra e água) e à forma de apropriação do excedente agrícola que não é consumida diretamente nas unidades produtivas (FURTADO, 2000, p. 221).

Ocorre que acaba se criando uma distinção entre os países, por este ou aquele possuir sua base econômica mais voltada e dependente da agricultura. Sendo que este se torna um critério de determinação de desenvolvimento dos países.

Até início dos anos de 1960, a agricultura vinha sendo vista, por alguns economistas e formuladores de política econômica, como elemento passivo e dependente de estímulos econômicos provenientes do setor urbano-industrial e do setor público. Defendia-se a discriminação total contra a agricultura, como meio de mobilizar recursos para a indústria (PEREIRA, 1983, p. 18).

Ocorre que os países que conseguiram atingir altos índices de produção agrícola incorporaram novas tecnologias e aumentaram suas áreas cultiváveis, tornando-se mais eficientes

e auferindo o almejado crescimento econômico. Mas este processo foi acompanhado, em muitos casos, de um condicionamento da produção agrícola à indústria.

De um lado, a industrialização da agricultura, ao se caracterizar como processo onde se tem gradual e contínua penetração do capital industrial nas atividades produtivas do campo, está associada à inserção da agricultura no circuito de produção industrial como consumidora de insumos e maquinaria. Por outro lado, como a agricultura, além de consumidora de insumos e maquinaria, também se caracteriza como produtora de matérias-primas destinadas à transformação industrial, o processo de industrialização da agricultura também compreende o fornecimento desses insumos agrícolas ao processamento e beneficiamento pela indústria (PEREIRA, 1983, p. 21).

Com o aumento do capital empregado nas propriedades rurais há um aumento da taxa de lucro dos proprietários da terra e uma redução dos preços dos produtos no comércio. Sendo este um mercado concorrencial, onde os produtores rurais são tomadores de preços, os mesmos não têm poder de barganhá-los. Assim, a manutenção da atividade agrícola, mesmo lucrativa, exige uma adequação no processo produtivo. Esta adequação, sendo dependente inicialmente do mercado, é seletiva e acaba excluindo as pessoas da produção, mesmo em permanecendo um processo de constante aumento de renda.

Neste sentido, o que se observa é que nem todos os proprietários rurais conseguem se inserir neste novo padrão do processo produtivo. Os que não incorporam tecnologias reduzem custos e não apresentam produtos de boa qualidade à concorrência, obtêm lucros cada vez menores. Segundo Pereira (1995), a difusão do progresso técnico processa-se de maneira distributiva desigual, contribuindo, dessa maneira, dentre outros resultados, à ampliação da concentração de capital.

Esta distribuição desigual se dá, principalmente, pelo fato de que os insumos e as tecnologias para a produção agrícola não são produzidos no mesmo local onde são demandadas, ou seja, há sempre a necessidade de importação de tecnologias, a custos elevados e, conseqüentemente, uma saída de renda da região agrícola. Fato este que dificulta o acesso de alguns produtores aos meios de produção modernos, reduzindo a circulação de renda internamente, dificultando também a redistribuição de renda.

Em municípios agrícolas pequenos⁶, a parcela da riqueza gerada na produção responsável pela redistribuição da renda é, em um primeiro momento, aquela destinada ao consumo. Considera-se que os investimentos apresentam custos elevados e, em grande parte, dependem de importações, como de maquinarias ou insumos para se realizarem. Portanto, ocorrem em menor intensidade.

Esta elevação do consumo como principal fonte de distribuição de renda dá-se através de uma fórmula simples, demonstrada pela Curva de Engels e aprofundada pelos estudos de Keynes. Em linhas gerais, a Curva de Engels demonstra que, em um primeiro momento, o aumento da renda é proporcional ao aumento dos bens de consumo corrente (alimentos, roupas, calçados, entre outros). No entanto, dada a satisfação das necessidades básicas, um segundo aumento da renda não apresentará o mesmo efeito no consumo de bens correntes, optando-se por consumir bens de segunda necessidade ou bens de luxo. Assim, num segundo momento a renda gerada localmente tende a sair mais rapidamente do município, fato que tende a reduzir os investimentos locais e o desenvolvimento.

O tempo e o montante de moeda em circulação em municípios dependentes da agricultura familiar ou de médias propriedades rurais - baixa geração de renda - é reduzido em função das poucas possibilidades de consumo local. Por sua vez, os municípios com grandes propriedades agrícolas, apresentam maior geração de riquezas elevando o montante de moeda em circulação e, da mesma forma, o tempo de circulação. Porém, caso as necessidades não sejam supridas localmente, o índice de importação torna-se muito elevado e o dinheiro acaba sendo gasto em outras regiões.

Em havendo a disponibilidade para o consumo, ou seja, demanda, segundo os estudos de Keynes, convencionou-se chamar de “propensão a investir”. Os mesmos estudam a disponibilidade dos indivíduos em realizar investimentos, aumentando a sua capacidade produtiva. Caso os agentes locais não demonstrem interesse em reinvestir a renda gerada na agricultura no próprio município, no longo prazo estes locais não ofertarão os bens e serviços para atender a sua população.

⁶ Consideram-se aqui municípios pequenos como sendo aqueles que apresentam populações inferiores a cem mil habitantes e que tenham na agricultura a sua principal fonte de geração de riquezas.

Por outro lado, realizando os investimentos necessários para atender o consumo local, estão criadas as condições essenciais para o desenvolvimento local. Não esquecendo ainda que aumento dos investimentos gera elevação no índice de geração de emprego e, posteriormente, de consumo.

Esta idéia de conjugar forças dos agentes locais com a finalidade de investir nas localidades e torná-las um ambiente apto ao desenvolvimento ainda é recente. Os estudos sobre desenvolvimento endógeno demonstram que há, neste momento, uma necessidade de canalizar ações de políticas públicas e privadas para estimular o processo de desenvolvimento local. Conforme destaca Vázquez Barquero (2002, p. 30) “a difusão das inovações e do conhecimento, a organização flexível da produção, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das instituições geram mecanismos que tornam mais eficientes o funcionamento do sistema produtivo”.

A nova estratégia de desenvolvimento regional está baseada em uma abordagem territorial do desenvolvimento. A história produtiva de cada localidade, as características tecnológicas e institucionais do milieu e os recursos locais condicionam o processo de crescimento. Por tal razão, quando se trata de desenvolver uma localidade, é necessário recorrer aos fatores endógenos ao território, sem abrir mão dos fatores externos. De modo a aproveitar a cultura produtiva e tecnológica e o *savoir-faire* local. O mais adequado parece ser a adoção de uma estratégia progressiva de implementação dos ajustes tecnológicos, organizacionais e institucionais indispensáveis. (VAZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 208)

Desta forma, os projetos e as políticas para o desenvolvimento devem ser orientados através das características locais. Sendo a agricultura a principal característica de muitos municípios brasileiros, há que se buscar desenvolver a cadeia produtiva na região e agregar valor ao que é produzido. Este é o caso da cultura da soja, que propiciou altos índices de renda para as regiões e que demanda novas ações para a manutenção desta renda.

Afinal, em boa parte do mundo e do Brasil, o setor primário é o setor no qual vive a maior parte das pessoas e onde a produtividade por pessoa é a mais baixa (BALDWIN, 1979, p. 93). Ora, o desafio é aumentar tal produtividade, pois tal aumento não é apenas necessário para elevar simplesmente os padrões de vida, mas também para fornecer o excedente agrícola requerido para financiar a atividade manufatureira que dela depende.

É neste contexto que a agricultura brasileira se desenvolveu nos últimos 500 anos, tornando o país um dos principais produtores e exportadores de alimentos no mundo, no início do século XXI. Todavia, os mesmos dilemas e desafios que perpassam o setor primário mundial igualmente atingem a agricultura nacional. No entanto, como o avanço da modernização agrícola se dá regionalizadamente, há estágios diferentes de enfrentamento dos desafios, segundo as regiões brasileiras, mesmo com o processo produtivo ocorrendo em torno de produtos semelhantes.

3. A evolução da agricultura no Brasil

A história da colonização e o desenvolvimento da atividade agrícola no Brasil explicam muito das distorções regionais registradas na atualidade. Um país com área geográfica superior a 8,5 milhões de Km², onde menos de um terço deste total é destinado a atividade agrícola, desperta muito o interesse econômico. Foi o que ocorreu no início do século XVI, quando este território passou a ser povoado. Toda esta extensão de terra propiciou a instalação dos mais diversos sistemas produtivos, a começar pelo latifúndio.

No entanto, o modelo de exploração que se introduziu no Brasil foi uma tentativa de retomar a nobreza instituída pela posse da terra, padrão este já ultrapassado na Europa, mas que vigorou durante praticamente mais três séculos até que o capitalismo, pujante, se instalasse com vigor no Brasil. A partir de então a iniciativa privada, com fins de auferir lucros cada vez mais elevados, passa a realizar uma série de investimentos na modernização da agricultura. O Estado se faz presente no desenvolvimento da agricultura, tutelando suas ações em determinados eventos históricos. Este movimento se dá, sobretudo, a partir do século XX e, particularmente, a partir de 1930.

Desenvolve-se assim um novo padrão agrícola, voltado para a exportação e relativamente integrado às exigências externas, colocando o Brasil como um dos grandes produtores do setor primário. Dentro deste contexto, alguns locais e produtos se destacam.

3.1 A modernização da agricultura no Brasil

A modernização da agricultura no Brasil, em sua fase contemporânea, ocorre a partir dos anos de 1950, quando o país implanta a Revolução Verde.

3.1.1 Do período colonial até o fim do século XIX

A colonização do Brasil por Portugal ocorre no momento da degradação do regime feudal e a ascensão do regime capitalista na Europa. No entanto, ao invés de transportar para a colônia os elementos imperativos do sistema mercantil que se instalava na Europa, avançado em relação ao fortalecimento das idéias científicas e acadêmicas, fez com que a colônia revivesse, em parte, o sistema feudal decadente em sua origem.

Enquanto o capital tornava-se elemento essencial das relações de troca na Europa, a colônia portuguesa viveria em seu interior um sistema muito mais atrasado no que diz respeito as relações econômicas e sociais, embora o excedente gerado por sua produção tivesse fins extremamente capitalistas na metrópole.

Cria-se na colônia uma condição de transição entre o sistema feudal e o capitalismo. Um pré-capitalismo que, ao mesmo tempo em que mantinha estruturas de produção próximas ao sistema feudal, estava sujeito às leis de mercado para a comercialização de seus excedentes⁷.

Em suma, a condição colonial do monopólio feudal da terra acentua, fortemente, os fatores regressivos, os elementos de atraso inerentes àquele. Com isso queremos dizer que no latifundismo brasileiro são mais fortes ainda os vínculos do tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e sobre as pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, os quais acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais (GUIMARÃES, 1977, p. 37).

A divisão da posse da terra em sesmarias concedidas aos fidalgos portugueses, por critérios exclusivos da coroa, foi uma tentativa para salvar a agricultura portuguesa que se encontrava em crise, pelo abandono do campo pelas famílias em detrimento das atividades urbanas. A abundância de terras férteis nos novos domínios animou os proprietários e a coroa portuguesa.

⁷ Esta contextualização histórica está muito bem elaborada no livro GUIMARÃES, A P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro; Ed. Paz e Terra, 1977. 255p.

Os fidalgos que receberam as sesmarias teriam domínio absoluto de latifúndios intermináveis, com vassalos e servos, a produzirem instrumentos de trabalho que proporcionariam à seus senhores riqueza e poder. Neste sentido, estruturavam-se não só os proprietários como também o Estado. Que, lhes atribuindo direitos, deveres e tributos, tem garantido na colônia sua relação de submissão.

Surge já nas primeiras décadas do século XVI o primeiro grande instrumento de exploração agrícola na colônia: o açúcar como mercadoria de elevado potencial produtivo e vasto mercado consumidor. A sesmaria encontra no açúcar seu destino econômico. Esta cultura encontrou na colônia solo apropriado, grande quantidade de mão-de-obra escrava e grandes extensões de terra para se desenvolver. Em pouco tempo, o Brasil se estabeleceria como o maior exportador de açúcar mundial. Posição que não durou muito tempo, devido ao atraso do sistema produtivo brasileiro.

O segundo instrumento de exploração agrícola se daria com a difusão da pecuária no interior do país. Desta forma, destinar-se-ia à cultura açucareira a faixa litorânea e o restante do território seria destinado à pecuária, aumentando também as fronteiras agrícolas. Criam-se de um lado os engenhos e de outro as grandes fazendas.

Entre os fazendeiros de gado, desde os primeiros tempos, predominavam os proprietários de extensões intermináveis de terra, que eles mesmos não podiam controlar. A propriedade pecuária, deste modo, seria forçada a subdividir sua exploração, dando lugar, antes de qualquer outro tipo de latifúndio, ao aparecimento do arrendatário (GUIMARÃES, 1977, p. 69)

Na atividade pecuária começam a vigorar as primeiras relações de trabalho assalariado na agricultura brasileira, sendo esta mais sujeita as subdivisões de seu território. Mesmo sendo esta prática, a priori, condenada pela coroa portuguesa.

Eram três as formas de acesso a terra: a) arrendamento (considerado ilegal); b) aquisição por compra (restrita a uma pequena minoria com capital); c) pela posse de sesmarias. Somente com o fim do regime das sesmarias, em 1850, com a homologação da Lei das Terras⁸, é que o acesso à terra se dá de forma mais livre.

⁸ A Lei da Terra, nº. 601 de 18 de setembro de 1850, foi promulgada no Império do Brasil, como uma tentativa de Consolidação do Estado Nacional, a medida que estabelecia normas de posse da terra entre os proprietários e o governo.

As propriedades agrícolas detinham muito mais prestígio econômico e social do que os esparsos centros urbanos que então se estruturavam na época, destinados às poucas relações de comércio. A caça ao ouro criou uma pequena população burguesa, que valoriza as relações mercantilistas, contribuindo em muito para que se estabelecesse certo preconceito quanto às atividades urbanas.

A ocupação do território também representou a supremacia de algumas famílias. Na região Nordeste instalam-se os grandes latifúndios, onde seus proprietários julgavam estar as melhores terras para a produção. No Sul, estabeleceram-se as propriedades menores, onde o proprietário rural não se separava da produção por depender economicamente da renda agrária. Isto explica também o atraso produtivo da região Nordeste, onde os latifúndios tinham resistência ao progresso, à penetração capitalista, ao povoamento, à expansão de modo geral.

No Sul, o latifúndio somente chegou a ter a força econômica que obteve no Norte/Nordeste a partir do século XIX, com o advento da cultura do café. Introduzido no Brasil no fim do século XVIII, a cultura apresentou boas condições adaptativas aos solos brasileiros, espalhando-se inicialmente nas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma particularidade histórica da expansão do latifúndio cafeeiro é que ela se processava na época em que, no mundo inteiro, estava em pleno florescimento o capitalismo industrial. Se, por um lado, isso lhe havia possibilitado a rápida penetração do seu produto num mercado mundial em constante crescimento, assegurando-lhe a acumulação de vultosas riquezas, por outro lado, abria-lhe os flancos às manobras baixistas dos trustes internacionais recém-formados que o forçavam a melhorar a produtividade a fim de não reduzir suas altas margens de lucro. Internamente, o latifúndio cafeeiro se tornaria mais e mais vulnerável à pressão dos elementos de capitalismo que se formavam e não poderia resistir por muito tempo ao imperativo de adaptar-se às novas condições (GUIMARÃES, 1977, p. 81).

No início do século XIX, a produção cafeeira já começava a superar economicamente a produção açucareira. No entanto, ambas as culturas já começam a registrar os ganhos do progresso técnico. As condições propícias de acumulação de capital vão se criando neste ambiente, que se torna propício à substituição da arcaica estrutura agrária para o crescimento do capitalismo.

Começam também a se registrar os primeiros esforços de sistematizar e aplicar os pressupostos da doutrina econômica no Brasil. O ponto de partida da influência clássica se encontra na obra de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1756-1835), que em 1808 foi nomeado professor da primeira Cadeira de Economia Política do Brasil. É certa, sobretudo, sua participação – de conseqüências econômicas e políticas decisivas – na abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional (1808) e, em particular, na sua aceitação e aplicação (HUGON, 1970, p.152).

Dentro da atividade cafeeira pode-se registrar o aparecimento de dois grupos distintos de proprietários, que coexistiam no mesmo tempo histórico. O primeiro representa um grupo de cafeicultores que possuía as grandes posses de terra e relembavam as relações técnicas, econômicas e sociais do sistema feudal. O segundo grupo conseguiu adaptar seu sistema de trabalho de tal forma que o fim do trabalho escravo, em 1888, nem abalou suas relações econômicas.

O progresso, no entanto, não podia passar despercebido aos olhos dos produtores. Era uma série de modificações que começavam a ser processadas no seio das sociedades coloniais. Afinal, o registro, na Europa, da primeira Revolução Agrícola levou ao aperfeiçoamento técnico do sistema produtivo, forma encontrada para a inserção das relações capitalistas no campo. Os produtores deveriam aprimorar suas técnicas produtivas para atender as exigências do mercado consumidor.

Paralelamente, o fim da escravidão abre espaço para a ascensão da mão-de-obra imigrante. Através de sistemas de parcerias (arrendamento) os imigrantes, europeus em sua maioria, trabalhavam as terras e tinham participação nos lucros. Desta forma, o aparecimento das pequenas propriedades pode ser objetivamente relacionado à introdução destes imigrantes, a partir de meados do século XIX. Com esses colonos vão sendo introduzidas novas culturas, voltadas para o abastecimento do mercado interno. No entanto, é também de se considerar a grande massa de trabalhadores livres e miseráveis que ficavam à margem do processo produtivo em vigor.

Consolidam-se também as iniciativas estimuladoras do capitalismo, como a implantação de estradas de ferro, de telégrafos, de bancos etc. Mas os grandes cafeicultores são ainda os maiores detentores do poder econômico e mantêm uma relação estrita com o Estado.

É só quando a cultura cafeeira, já moldada às novas condições criadas pelo florescimento da Revolução Industrial, é abatida pelos efeitos da primeira crise de superprodução, que a aquisição das pequenas propriedades é facilitada e os minifúndios se difundem no país.

No Brasil, a estrutura fundiária é marcada historicamente pelo latifúndio, desde a época da colonização. A terra não se tornou propriedade do homem que trabalha na terra. Ao contrário, sempre foi utilizada como fator de dominação – domínio econômico e político. Serviu de base do poder para uns poucos senhores sobre milhares e milhões de escravos, parceiros, meeiros, arrendatários e posseiros sem terra. Por outro lado, em virtude do processo de colonização ou da presença marcante do latifúndio, se originaram e se multiplicaram os minifúndios. Ainda hoje, a estrutura agrária brasileira se caracteriza pela presença acentuada desses dois elementos antieconômicos: o latifúndio e o minifúndio. O primeiro, por ser pouco ou mal aproveitado; o segundo, por ter tamanho insuficiente para absorver toda a mão-de-obra a ele vinculada (BRUM, 2002, p. 52).

O sistema de latifúndio já está em crise neste período pela dificuldade apresentada em acompanhar o progresso gradual, a evolução espontânea das sociedades e as mudanças tecnológicas. Assim, no final do século XIX a produção dos latifúndios vai perdendo sua participação relativa nas exportações brasileiras.

3.1.2 Século XX: o amadurecimento do capitalismo agrícola

O século XX desponta com uma economia brasileira já integrada ao sistema capitalista, porém, atrasada. A economia nacional registrava “...a limitada, mas significativa expansão do mercado interno, a passagem da manufatura para o sistema fabril, com a introdução da máquina a vapor e do aperfeiçoamento da produção manufatureira e agrícola” (GUIMARÃES, 1977, p. 168). Soma-se a estes elementos o alargamento das fronteiras agrícolas e o aumento da produção agrícola nacional.

Contudo, os estoques de produtos agrícolas vão registrando índices cada vez mais elevados. Os preços dos produtos registram acentuadas quedas e a produtividade é cada vez mais elevada. Este conjunto de fatores leva à primeira crise de superprodução.

Como os grandes proprietários de terra ainda detinham importantes influências políticas, estes se aproximam do Estado para, através de sua intervenção, manter o nível de preços. Inicialmente, o governo utilizou-se da desvalorização cambial como forma de estimular as exportações. Registra-se que já havia chegado ao fim a Primeira Guerra Mundial e os países buscavam, internamente, reconstruir suas economias, em especial a produção de alimentos.

Todavia a crise de 1929 provoca um grande distúrbio nas diversas economias internacionais, alterando profundamente o quadro econômico internacional, no que diz respeito ao comércio, com repercussões nos países exportadores de alimentos. Esta reorientação do mercado internacional serviu também para estimular o desenvolvimento da indústria nacional.

No tocante à produção cafeeira, o governo passa a intervir de maneira mais incisiva, para a manutenção dos preços do café, via a compra do produto e a manutenção de estoques. Política esta que durou até a década de 1930.

No Brasil, portanto, foi extremamente benéfico que o governo encontrasse uma fórmula tão fácil e simples de realizar investimentos improdutivos em uma hora de crise, como a de comprar os excedentes de café. Não importa que o governo, ao fazê-lo, não tivesse a intenção de manter o nível da procura agregada nacional, mas simplesmente a de tomar uma medida em defesa da cafeicultura ameaçada de colapso. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda ainda não havia sido escrita. Por acaso, todavia, o governo brasileiro seguiu a política de Keynes permitindo que o nível da procura fosse mantido durante a depressão econômica. (PEREIRA, 1983, p. 38).

Após acumular elevados níveis de estoque de café o governo decide criar o Conselho Nacional do Café estabelecendo, à princípio, a elevação dos impostos à exportação, sendo que o recurso obtido com os impostos seria revertido para a compra de produto e aumento dos estoques. Até o momento em que, através de uma medida extremamente protecionista, o governo queima seus estoques para evitar uma queda ainda mais acentuada nos preços do principal produto da balança comercial brasileira.

Afinal, os latifúndios cafeeiros ainda representavam parte expressiva da produção nacional, porém, muitos deles já decadentes. No Nordeste, a queda acentuada na exportação de açúcar e os baixos preços do café deixaram uma população empobrecida e dependente do assistencialismo do Estado.

Neste contexto, de 1930 a 1950 foram à diversificação da produção e o aumento do mercado interno os principais responsáveis pela manutenção do nível de crescimento agrícola. Naquele momento os recursos capitalistas estavam mais voltados para a indústria nascente do país. Houve, naquele período, uma grande migração da população da zona rural para o espaço urbano, em busca dos novos empregos que surgiam. Juntamente com o fortalecimento da indústria, o Estado buscou mecanismos de aumento da produção através da internalização de fábricas especializadas em máquinas e insumos agrícolas.

Entre a década de 1940 e meados de 1950, as grandes corporações internacionais começaram a implantar diversos campos experimentais de produção de sementes, pelos países com potencial agrícola. A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura moderna representaria a abertura de importantes negociações comerciais com os países subdesenvolvidos. Assim, a Revolução Verde se instala em países como o Brasil.

Embora o café ainda se constituísse como elemento fundamental das exportações brasileiras e a política cafeeira fosse central na formulação de políticas econômicas, esta já não era mais o “centro dinâmico” da economia brasileira. No período de 1925/1929 o café representava 48% do valor da produção agrícola nacional, passando a representar no período de 1939/1943, uma década depois, apenas 16,1%. Enquanto isso, produtos como o algodão e o milho, que representavam, respectivamente, 21,6% e 16% do valor da produção entre 1925/1929, elevam esses percentuais para 59% e 16,3% no período de 1939/1943. Ambos os produtos estimulados pelo mercado interno e pela indústria nascente.

A partir da década de 1950, portanto, tem início o processo de modernização da agricultura brasileira. Este termo, bastante amplo, foi utilizado para designar uma série de transformações capitalistas ocorridas a partir da introdução de máquinas e fertilizantes no processo produtivo.

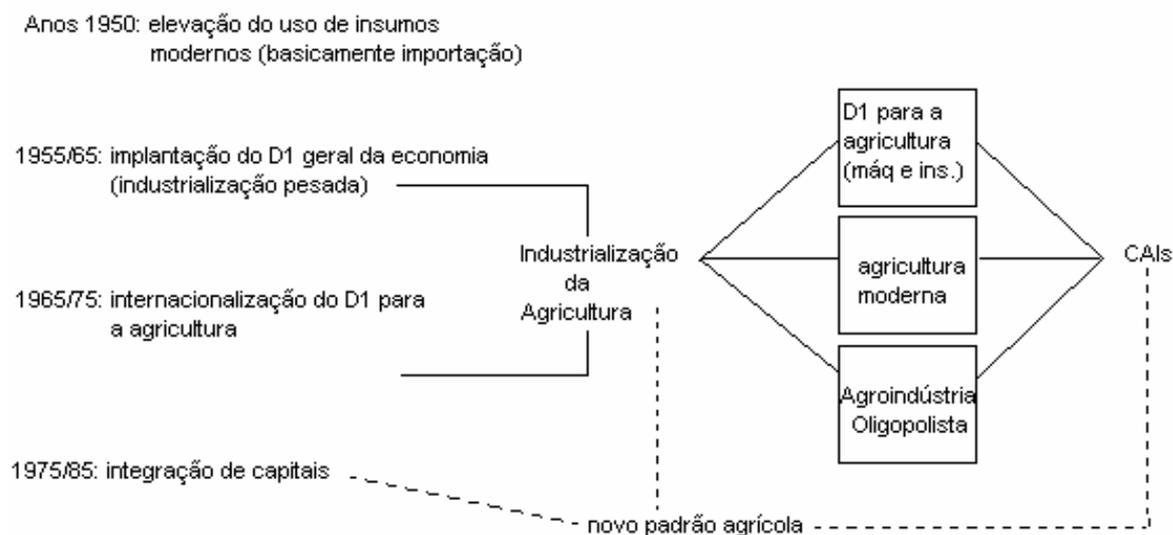
Entre 1950 e 60, o acréscimo das áreas agricultáveis foi elemento representativo no crescimento agrícola, que associado à expansão da rede de transporte e ao aumento no número de veículos no país, permitiu a ampliação das fronteiras agrícolas. A partir desta época a aquisição de máquinas e insumos modernos tornam significativa no meio rural brasileiro, particularmente no Sul, onde o processo começa.

Na década de 1970 a agricultura deixa de ser estudada por seus “complexos rurais” e passa a ser vista a partir de “Complexos Agroindustriais - CAIs”. Isto representa a passagem de uma agricultura estritamente voltada para a produção de alimentos e fibras para uma integração agricultura-indústria, onde a indústria fornece os elementos necessários à produção e a agricultura fornece matéria-prima para a industrialização. Intensifica-se desta forma o processo de divisão do trabalho, inicialmente discutido por Smith.

São, portanto, dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguram a “harmonia” da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra “harmonia” – também permeada por novas contradições – baseada no conhecimento e controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais de proteção agrícola. A esta passagem se denomina industrialização da agricultura (SILVA, 1996, p 3).

Os complexos industriais “têm como ponto de partida determinada matéria-prima de base” (BATALHA, 2001, p. 34) e em função dela se estruturam diversas indústrias com a intenção de gerar uma série de transformações dos produtos. A industrialização permitiu esse avanço.

O esquema a seguir representa como se deu o processo de industrialização da agricultura brasileira⁹.



Fonte: SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996, p. 30.

⁹ A expressão D1 utilizada no esquema refere-se ao setor industrial produtor de bens de capital e de insumos básicos.

Enquanto o Estado brasileiro se volta para estimular a industrialização e a modernização agrícola, na Europa e nos demais países desenvolvidos, após a crise de superprodução, começam a se acelerar os movimentos de proteção estatal de seus produtos agrícolas. Assim, enquanto os ganhos das exportações agrícolas dos países subdesenvolvidos são financiados pelo aumento da produtividade, com certo apoio estatal, porém largamente insuficientes, nos países desenvolvidos tais ganhos, calcados na tecnologia, somente são possíveis com os subsídios e protecionismos estatais.

A década de 1970 também é marcada por duas crises do petróleo (1973-1979) onde o preço do barril de petróleo quadruplicou, passando de US\$ 3,00 para US\$ 12,00, e posteriormente para US\$ 35,00, afetando de modo geral todo o comércio internacional e de maneira específica toda a economia brasileira na medida em que os investimentos internacionais e o fluxo de capital se reduzem. Com a restrição do crédito internacional e a pressão inflacionária no país, a produção agrícola torna-se um mecanismo de controle de preços. O período que se segue, (a década de 1980, considerada a “Década Perdida” para alguns economistas), não traz grandes modificações para a agricultura nacional. O que se observa são os reflexos da modernização sobre a produção. Todavia, a agricultura nacional irá sofrer mais diante das pressões internacionais na década de 1990. Três eventos importantes marcam este período.

O primeiro é o processo cada vez maior de abertura das economias nacionais a outros mercados. Há um esforço geral no sentido de aumentar o comércio entre os países ao mesmo tempo em que se pretende reduzir a intervenção estatal nesta relação. É o chamado liberalismo econômico. A Organização Mundial do Comércio – OMC é a grande gestora do processo, onde através de acordos entre os países busca reduzir as tarifas do comércio e baixar os preços dos produtos no mercado internacional. A agricultura brasileira, patrocinada em grande parte pela iniciativa privada, se vê obrigada a competir com outros países que ainda subsidiam grande parte do setor primário, além de protegerem seus mercados.

O segundo é a formação do bloco econômico MERCOSUL, em 1991, onde o Brasil, juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, assinaram um acordo de comércio que deixaria 95% dos produtos comercializados, entre estes países, livres de tarifas. Os demais produtos teriam suas tarifas extintas até o ano de 2000. Ainda criaram uma Tarifa Externa

Comum (TEC) para comercialização de produtos com outros países não pertencentes ao bloco, dando início a construção de uma união aduaneira. No contexto geral, o Brasil conquistou muitos mercados nos países vizinhos, porém, a agricultura, e alguns produtos em particular, como é o caso do trigo, foram postos em xeque à medida que os países vizinhos possuem uma forte vocação agrícola.

Por fim, o terceiro evento que se deve considerar é a implantação do Plano Real, em 1994. O mesmo trouxe consigo uma nova política cambial, de paridade da moeda brasileira com a moeda estadunidense. A adoção desta política traz dois reflexos sobre a agricultura brasileira. De um lado, permite a incorporação de novas tecnologias importadas, que se tornam mais acessíveis aos produtores nacionais e, de outro lado, torna os produtos agrícolas brasileiros menos competitivos no mercado internacional.

Assim, a falta de recursos e a mudança das prioridades, num contexto cada vez maior de abertura comercial, levaram o Estado brasileiro a retirar paulatinamente seu apoio a agricultura.

Neste contexto, a agricultura brasileira busca moldar-se para atender as novas exigências do mercado externo e ser cada vez mais independente do apoio estatal, buscando mecanismos de inserção no novo cenário do agronegócio mundial, onde a produção de alimentos não é mais regulada somente pelo preço e pela quantidade, mas especialmente pela qualidade.

4 Considerações finais

A agricultura sempre teve um papel preponderante no desenvolvimento econômico da humanidade em geral e do Brasil em particular. As diferentes revoluções agrícolas proporcionaram mudanças consideráveis neste processo de desenvolvimento, permitindo que o setor se inserisse no contexto econômico global. Todavia, estes avanços, na lógica capitalista, não evitaram a exclusão de pessoas do meio rural. Ao contrário, o processo seletivo foi tanto mais agudo quanto maior a modernização do setor.

No Brasil o quadro ficou evidente particularmente a partir da Segunda Revolução, a conhecida Revolução Verde. Ora, se é verdade que o país não pode deixar de avançar no

processo modernizador do setor primário, sob pena dele próprio se excluir no contexto do mercado mundial, também é verdade que um grande número de produtores somente poderiam se manter na atividade, gerando emprego e ocupando a família, se possuíssem acesso aos meios de produção modernos. Neste sentido, mesmo quando a alternativa produtiva é diversificada, estes produtores e suas famílias necessitam de apoio estatal para continuarem ativos. Nos países desenvolvidos, tal realidade leva os Estados a não abrirem mão dos subsídios agrícolas e do protecionismo comercial em favor do setor primário. Nos países subdesenvolvidos, inclusive no Brasil, a falta de recursos para manter uma política desta natureza, leva os Estados a retirarem paulatinamente o apoio à agricultura, com o agravante de, seguidamente, taxarem em demasia o setor.

Este comportamento, associado a um constante descompasso entre os custos de produção e os preços agrícolas recebidos, tem levado o conjunto do setor agrícola a sucessivas crises, agravadas por problemas climáticos. Na prática, na falta do Estado, um grande número de produtores, visando se manter na atividade, está buscando financiamentos junto ao setor privado (indústrias de insumos e agroindústrias), criando um círculo vicioso que, em momentos de crise aguda, compromete o futuro de todo o agronegócio nacional e, por conseqüência, o próprio desempenho da economia, impedindo o crescimento econômico e, por extensão, o desenvolvimento regional e nacional.

5 Referências bibliográficas

ARAÚJO, Paulo Fernandes Cidade de; SCHUH, G. Edward (Org.). **Desenvolvimento da Agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo: Pioneira, 1975.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Economia Rural: conceitos práticos e aplicações**. Chapecó: Ed. Universitário Grifos, 2000. 305p.

BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento e Crescimento Econômico**. Trad. Osmar Cândido Alves e Sonia Ruggiero. São Paulo: Ed. Livraria Pineira, 1979. 117p.

BATALHA, Mario Otavio (Org.). **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, v.1 e v.2, 2001. (GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais, v. 1)

BÊRNI, Duílio de Àvila (Org.). **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002. 408p.

BRUM, Argemiro Luís. **A Economia Mundial da Soja: Impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul 1970-2000**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 176 p. (Coleção Trabalhos Academicos Científicos. Série Relatórios de Pesquisa).

Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de março de 2006.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro : Ed. Paz e Terra, 2000. 355 p. (10ª ed.)

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. 255p.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 1970.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de março de 2006.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

KALECKI, Michal. **Crescimento e Ciclos Econômicos Capitalistas**. Tradução Jorge Miglioli, 2º ed. Ed. Hucitec, São Paulo, 1990, 193 p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Traduzido por José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 1997/1998. 520 p.

NAPOLEONI, Cláudio. **O Pensamento Econômico do Século XX**. Tradução Aloísio Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. **A Nova Contabilidade Social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

PEREIRA, Benedito Dias. **Industrialização da Agricultura de Mato Grosso**. Cuiabá: EDUFMT, 1995. 222p.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. Ed. Brasiliense, 13º ed. 1983, 239 p.

PINAZZA, Luiz Antonio; ARAÚJO, Ney Bittencourt de. **A Agricultura na Virada do Século XX: visão de *agribusiness***. São Paulo: Globo, 1993.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia política marxista**. Tradução Waltensí Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Traduzido por Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 280 p.